

HUGO DE BRITO
MACHADO SEGUNDO

PROCESSO TRIBUTÁRIO

10^a
edição revista e
atualizada

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nêbias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Fechamento desta edição: 29.09.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

S459p

10. ed.

Segundo, Hugo de Brito Machado

Processo tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 10. ed. rev e atual. – São Paulo : Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01390-0

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

17-44817

CDU: 34:351.713(81)

SUMÁRIO

1	NOÇÕES FUNDAMENTAIS	1
1	O Direito e o processo	1
1.1	O Direito	1
1.2	O Estado, o Direito Público e o Direito Tributário.....	2
1.3	O processo	4
1.4	Outros significados da expressão <i>processo</i> . Processo e procedimento	6
2	PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO	13
1	Conceito de princípio jurídico	13
2	Papel dos princípios jurídicos na atual Teoria Geral do Direito.....	14
3	Princípios gerais	15
3.1	Relação processual como relação jurídica submetida a princípios	15
3.2	Justiça.....	17
3.3	Segurança jurídica	19
3.4	Isonomia	20
3.5	Legalidade	21
3.6	Razoabilidade	22
3.7	Proporcionalidade.....	23
3.8	Publicidade	24
4	Princípios vetores da condução de procedimentos administrativos	26
4.1	A peculiar classificação do “mero procedimento”. Atividade administrativa típica	26
4.2	Oficialidade	28

4.3	Inquisitorialidade.....	29
4.4	Cientificação	29
4.5	Busca pela verdade real	30
4.6	Subordinação hierárquica	33
4.7	Dever de fundamentação	33
5	Princípios do processo	34
5.1	Princípios inerentes aos processos administrativo e judicial	34
5.2	Princípios peculiares ao processo administrativo	42
5.3	Princípios peculiares ao processo judicial	48
6	Quadro esquemático.....	53
3	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	55
1	Espécies e fundamentos.....	55
2	Lançamento tributário	57
2.1	Noções iniciais	57
2.2	As várias espécies de lançamento	58
2.3	O procedimento preparatório do lançamento por declaração... ..	59
2.4	O procedimento preparatório do lançamento por homologação... ..	60
2.5	O procedimento nos casos de lançamento de ofício.....	62
2.6	O ato de lançamento. Natureza e requisitos	79
2.7	Apreensão de mercadorias e devido processo legal	85
2.8	A decadência do direito de a Fazenda Pública efetuar o lançamento	86
3	Processo de controle interno da legalidade administrativa.....	108
3.1	Noções iniciais	108
3.2	As várias etapas do processo administrativo fiscal. Disciplinamento normativo	135
3.3	Prazo para conclusão do processo administrativo.....	186
3.4	Inscrição em dívida ativa	191
4	Outras espécies de procedimentos, de atos e de processos administrativos de controle da legalidade destes.....	193
4.1	Reconhecimento de isenções ou imunidades	193
4.2	Homologação de compensações ou deferimento de restituições.....	198
4.3	Deferimento de parcelamento.....	207
4.4	Conclusão do procedimento e a possibilidade de impugnação... ..	211
4.5	Consulta fiscal	211

4	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	220
1	Noções Gerais.....	220
1.1	Conceito	220
1.2	As várias espécies de tutela jurisdicional	222
1.3	Formalidade e formalismo. Instrumentalidade e proporcionalidade.....	224
1.4	Ações de iniciativa do Fisco e ações de iniciativa do contribuinte	227
2	Ações de iniciativa do fisco.....	228
2.1	Execução fiscal.....	228
2.2	Cautelar fiscal	320
3	Ações de iniciativa do contribuinte.....	332
3.1	Legitimidade ativa <i>ad causam</i> nas ações de iniciativa do contribuinte	332
3.2	Embargos do executado.....	346
3.3	Mandado de segurança.....	359
3.4	Ação anulatória de lançamento	408
3.5	Ação declaratória.....	424
3.6	Ação de repetição do indébito	440
3.7	Algumas notas sobre as tutelas provisórias em matéria tributária	480
3.8	Ação de consignação em pagamento	500
3.9	Honorários advocatícios de sucumbência	509
3.10	A prova no processo judicial	516
3.11	O Simples Nacional e o processo tributário	520
4	Ações de controle de constitucionalidade.....	522
4.1	O controle de constitucionalidade pelo Judiciário	522
4.2	Controle “difuso” e controle “concentrado” de constitucionalidade.....	523
4.3	Ação direta de inconstitucionalidade.....	525
4.4	Ação declaratória de constitucionalidade	527
4.5	<i>Jura novit curia</i> e as ações de controle concentrado de constitucionalidade	528
4.6	Participação de terceiros na ADIn e na ADC	529
4.7	Controle concentrado de constitucionalidade e leis municipais	530
4.8	Medida cautelar nas ações de controle concentrado de constitucionalidade	532

4.9	Efeitos da decisão que declara, em tese, a inconstitucionalidade de ato normativo.....	533
4.10	A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	537
5	Ações da coletividade	541
5.1	Ação popular	541
5.2	Ação civil pública.....	545
	BIBLIOGRAFIA.....	548
	ÍNDICE REMISSIVO	565
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	570